

Notícias de Eventos

Congresso Internacional Comemorativo dos 50 anos do Curso de História «50 anos de Historiografia: Balanço e Prospectiva»

(FLUP, 3-4 Maio de 2012)

Nos dias 3 e 4 de maio de 2012 decorreu o Congresso Internacional Comemorativo dos 50 anos do Curso de História «50 anos de Historiografia: Balanço e Prospectiva», uma iniciativa do DHEPI aberta à comunidade, tendo-se apresentado como acção certificada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, para professores dos grupos 200 e 400 – História.

A Comissão Organizadora, presidida por Armando Luís de Carvalho Homem, contou com a participação de Helena Osswald, Manuel Loff, Inês Amorim, Amélia Polónia, Gaspar Martins Pereira, Luís Alberto Marques Alves, Luís Grosso Correia e Paula Pinto, tendo a Comissão Científica, identicamente presidida por Armando Luís de Carvalho Homem, contado com a participação de Isabel Ferreira da Mota (FLUC), João Paulo Avelãs Nunes (FLUC), Sérgio Campos Matos (FLUL) e Francisco Azevedo Mendes (UM), investigadores que igualmente se constituíram em coordenadores das várias sessões.

O congresso estruturou-se em torno de cinco temas: «História, Historicismo e Nacionalismos»; «Da História local à História global»; «Inter-, multi- e transdisciplinaridade – novos horizontes para a História»; « Os usos sociais da História» e «Repensar a História – os caminhos da historiografia atual».

Investigadores convidados, nacionais e estrangeiros, apresentaram comunicações que deram corpo a um debate alargado em torno de cada uma das temáticas propostas. Entre os conferencistas contou-se a presença de Patrick J. Geary, Frank Ankersmit, Diogo Ramada Curto, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Sérgio Campos Matos, Joaquim Ramos de Carvalho, Maria Helena Cruz Coelho, Robert Rowland, João Paulo Avelãs Nunes, Fátima Nunes, Nuno Madureira, Rui Santos, Joaquim Romero de Magalhães e Francisco Azevedo Mendes. Christophe Charle, não podendo estar presente, enviou a sua comunicação, lida no decurso do evento, tendo sido Fernando Rosas uma ausência notada, por imprevistos imponderáveis.

A estas participações juntaram-se cinco outras, de docentes e investigadores do DHEPI, distribuídas pelas temáticas enunciadas.

O programa do evento dá conta do decorrer dos trabalhos.

Programa

Abertura

- José Carlos Marques dos Santos (Reitor da UP)
- Maria de Fátima Marinho (Directora da FLUP)
- Armando Luís de Carvalho Homem (Presidente do DHEPI)

Sessão 1

- História, Historicismo e Nacionalismos
- Patrick J. Geary - Escrever a Nação: historiadores e identidades nacionais, séculos XIX e XX.
- Diogo Ramada Curto – A historiografia do império português no século XX. Balanço e perspectivas
- Fernando Rosas – O debate historiográfico sobre a natureza política do Estado Novo. Uma reavaliação [Conferencista ausente]
- Maria Manuela Tavares Ribeiro – Pensar e construir a Europa – 1919-1992

Sessão 2

- Da História Local, Microhistória à História Global
- António de Oliveira – O local na História do tempo presente
- Amélia Polónia – História Local – uma via para a História Global?
- Joaquim Ramos de Carvalho – Estudar o local para compreender o global
- Maria Helena Cruz Coelho – O Poder Local Concelhio – Percursos Historiográficos
- Robert Rowland – Microhistória? Escala e contexto nos estudos históricos locais.

Sessão 3

- Inter, multi e transdisciplinaridade – novos horizontes para a História
- Christophe Charle – História e histórias : para lá das nações, comparações e fronteiras
- Fátima Nunes – História da Cultura e História da Ciências: cruzamentos de História & Ciência
- Inês Amorim – A História está cega? Sensibilidade ambiental e História
- Nuno Madureira – O sentido do tempo
- Rui Santos – Agrossistemas e sociedades rurais em Portugal: Balanço historiográfico, 1968-2011

Sessão 4

- Usos sociais da História
- Joaquim Romero Magalhães – Vitorino Magalhães Godinho e a historiografia portuguesa do seu tempo (1942-2011)
- Luís Grosso Correia – Formar a consciência histórica no ensino secundário português (1962-2012)
- Maciel Moraes – A historiografia sobre África – oportunidade científica ou política?
- Manuel Loff – Reconstruções sociais da memória das ditaduras em contextos pós-autoritários. O caso português

Sessão 5

- Repensar a História – os caminhos da historiografia actual
- Frank Ankersmit – Passado, presente e futuro

Amélia Polónia, U. Porto /CITCEM

WORKSHOP, «A Junta de Educação Nacional e a investigação científica em Portugal no período entre guerras»

(Universidade de Évora, 26.05.2012)

Realizou-se na Universidade de Évora (Colégio do Espírito Santo) nos dias 25 e 26 do passado mês de Maio de 2012 o 2.º WORKSHOP, «A Junta de Educação Nacional e a investigação científica em Portugal no período entre guerras», integrada nas atividades do projeto de investigação: POCTI/HC/0077/2009, sob coordenação do Professor Doutor Augusto José dos Santos Fitas (UE, CEHFCi) - Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência - www.cehfc.org

Do programa faziam parte as seguintes comunicações:

- Geert Vanpaemel (U.Cat. Lovaina): *To be or not to be: Belgian science policy in the interwar period*
- Fernanda Rollo (UNL-FCSH, IHC): *O paradoxo da convergência. Do confronto de paradigmas à coexistência sob a ordem da Educação Nacional (1929-1936)*
- José P. Sousa Dias (UL-FF, CEHFCi): *A vida para além do Estado: financiamento privado da investigação biomédica em Portugal (1926-1936)*
- Leoncio Lopez-Ocon Cabrera (CSIC-Madrid): *La proyección internacional de científicos y educadores españoles en la época de la JAE (1907-1939)*
- João Príncipe (UE, CEHFCi): *O pensamento de António Sérgio em contexto Internacional*
- Marta Cecília Bustamante (U. Paris D. Diderot): *Sur la fondation et les premières décennies d'existence de la Société Française de physique? (fondée à la fin du XIXe siècle et j'irai jusque la période de la première guerre mondiale, avec des allées et retours sur les années 20)*
- Fátima Nunes (UE, CEHFCi): *Entre a JEN e o ISA: um eixo colonial na política científica do Estado Novo?*
- Maria Margarida Heliodoro (ESP-MQ):- *A atividade no Laboratório Curie da Bolseira da JEN, Branca Edmée Marques*
- Augusto J. Santos Fitas (UE, CEHFCi): *A JEN e o apoio à Investigação na primeira metade da década de trinta*

I Congresso Anual de História Contemporânea

(Universidade Nova de Lisboa, 18-19 Maio 2012)

Realizou-se, na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, nos dias 18 e 19 em Maio de 2012, o ***I Congresso Anual de História Contemporânea***. Concretizou-se, assim, o primeiro objectivo delineado conjuntamente pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa (CEHCP), Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi), da Universidade de Évora, Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), da Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), da Universidade de Coimbra, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Gabinete de História Económica e Social (GHES), do Instituto Superior de Economia Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e Instituto de História Contemporânea (IHC), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Estas unidades de investigação acordaram associar-se para a constituição de uma Rede de *História Contemporânea* cujo objectivo fundamental é a realização e divulgação de actividades concernentes ao arco investigativo da História Contemporânea, nos contextos nacional e internacional.

Este primeiro encontro foi organizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20), e pelo Instituto de História Contemporânea (IHC) da FCSH – UNL, sendo a Comissão Organizadora constituída pelos professores Maria Fernanda Rollo (IHC), Maria Manuela Tavares Ribeiro (CEIS20), Ana Paula Pires (IHC) e João Paulo Avelãs Nunes (CEIS20.)

Neste espaço, que se propõe dar a conhecer os estudos no domínio da História Contemporânea, estiveram presentes reputados conferencistas convidados a que se juntaram conceituados investigadores, numerosos jovens doutorados e muitos doutorandos.

À sessão inaugural, presidida pelo Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Professor Doutor António Rendas, seguiu-se a *Conferência Inaugural*, proferida pelo Professor Eduardo Lourenço.

Os trabalhos do congresso prosseguiram com a *Mesa Redonda - Portugal Contemporâneo, História e Historiografia*, moderada pelo Professor Joaquim Romero de Magalhães e com a participação dos Professores Fernando Catroga, Fernando Rosas, Luís Reis Torgal e Miriam Halpern Pereira. O comentário esteve a cargo do Professor Hipólito de la Torre Gómez.

As comunicações apresentadas foram agrupadas nas seguintes temáticas:

- *Fazer História*
- *Sociedade e Trabalho*
- *Economia: Agentes e Actividades*
- *História das Relações Internacionais*
- *Ciência e História da Medicina*
- *Ensino, Ciência e Investigação*
- *História e Território*
- *Liberalismo*
- *República e Republicanismo*
- *Guerra*
- *Diplomacia e Relações Internacionais*
- *Religião*

- *Regimes, Poder e Propaganda*
- *Resistência e Oposição*
- *Revolução e Democracia*
- *Violência Política*
- *Cultura*
- *Arte, Cultura e Política Cultural*
- *Colónias e Colonialismo*
- *Descolonização e Pós-Colonialismo*

As unidades de investigação associadas na *Rede de História Contemporânea* decidiram que do conjunto de iniciativas que materializarão os propósitos definidos fará parte a realização de um Congresso Anual de História Contemporânea cuja preparação e concretização envolverá a colaboração de pelo menos duas das referidas unidades de investigação, devendo ser assegurada a rotatividade da sua preparação e localização.

No próximo ano, 2013, ocorrerá o **II Congresso Anual de História Contemporânea**, cabendo a sua organização, conjuntamente, ao Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi) da Universidade de Évora e ao Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Estas unidades de investigação divulgaram já o call for papers que transcrevemos.

Maria Antonieta Cruz, FLUP, DHEPI, CITCEM

II Congresso Anual de História Contemporânea

(Universidade de Évora / Colégio do Espírito Santo, 16-18 de Maio 2013)

Call for papers:

A Rede de História Contemporânea, constituída por diversos centros de investigação, vai realizar o II Congresso Anual de História Contemporânea, nos dias 16 a 18 de Maio de 2013, na Universidade de Évora.

De acordo com os objectivos da Rede de História Contemporânea, o Congresso pretende proporcionar um espaço de debate científico aberto a todos os investigadores de História Contemporânea, promover a divulgação de novos estudos nesta área, em particular de jovens investigadores, e reforçar a cooperação entre os diversos centros de investigação.

Além da apresentação de comunicações submetidas através deste *call for papers*, o Congresso incluirá, também, intervenções proferidas por conferencistas convidados.

Apela-se à participação dos investigadores de História Contemporânea, através da submissão de propostas de comunicações ao Congresso, nos prazos e normas fixadas neste *call for papers*.

Línguas do Congresso:

Português, Inglês, Francês e Espanhol.

Prazos e normas de submissão de propostas/comunicações:

Submissão de propostas:

- Data-limite: 31 de Outubro de 2012 a 31 de Janeiro de 2013
- A proposta deverá conter título da comunicação, resumo (máx. 500 palavras), currículo breve (máx. 300 palavras)
- A comunicação dos resultados da aceitação de propostas será feita até 15 de Março de 2013

Entrega dos textos integrais das comunicações:

- Data-limite: 30 de Abril de 2013

Os textos integrais das comunicações não deverão ultrapassar as 3.000 palavras

Centros que integram a Rede de História Contemporânea:

- Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa (CEHCP) / Instituto Universitário de Lisboa
- Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi) / Universidade de Évora
- Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) / Universidade Católica Portuguesa
- Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) / Universidade de Coimbra
- Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) / Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Universidade do Minho
- Gabinete de História Económica e Social (GHES) / Instituto Superior de Economia Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

- Instituto de História Contemporânea (IHC) / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Centros responsáveis pela organização do II Congresso Anual de História Contemporânea:

- Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi) / Universidade de Évora
- Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) / Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Universidade do Minho

Comissão Organizadora

Maria de Fátima Nunes (Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência)

Gaspar Martins Pereira (CITCEM)

José Pedro Sousa Dias (Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência)

Luís Alberto Alves (CITCEM)

Contactos:

Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi)

Universidade de Évora - Palácio Vimioso

Secretariado: Marco Cardoso

Email: cehfc@uevora.pt

Telefone: 266 706 581

ESSHC 2012 (9th European Social Science History Conference)

(Glasgow, Scotland, UK, 11 - 14 April 2012)

Panel Beyond Empires: Self-Organizing Cross-Imperial Economic Networks Versus Institutional Empires, 1500-1800**Organisers:**

Catia Antunes (Leiden University)

Amélia Polónia (FLUP, Porto University)

Scientific Rationale

When Douglass North brought to the attention of economic historians the importance and influence of institutions for economic development and growth, an analytical revolution ensued. The growing emphasis on the role formal and informal institutions played in Early Modern economics and the extent to which this influence actually determined the rise of the West after the first steps towards the Industrial Revolution became the corner stone of most economic historical works.

The theory by North was able to bring under its umbrella not only economic historians, but also other specialists in Early Modern studies. The idea that institutions were whole encompassing and paramount for social and economic development fit well with the explanatory divide in the literature between absolutist states and parliamentary states, as much as with the dichotomies recognized to the regions influenced by the traditional peasant- or specialization-models. In a time when monopolies of kings, states and chartered companies seem to have been in the forefront of capital accumulation and western expansion, the prominence of institutions became an undeniable fact.

Notwithstanding North's contribution to the understanding of social and economic processes during the Early Modern period, the last ten years have been characterized by a growing number of studies that have questioned the role played by institutions and the monopolies they sponsored. Specifically centered in the relationship between European empires overseas, there is a growing consensus that most of those empires were profitable and successful due to the intervention of individuals or groups of individuals engaged in the common good of the social and economic networks they served. More often than not, these self-organized, trans-imperial, cross-cultural networks imposed serious challenges to State, Church and Monopolistic institutions, since they were the source of most of the illegal and contraband transactions world-wide, but they were also the ones that within, or in collaboration with the institutions actually became agents of empire building.

The panel proposal wished to explore the mechanisms of self-organizing entrepreneurial networks performing against or within the functioning of imperial institutions in Europe, the Atlantic and the Indian Oceans. The participants emphasized the means, mechanisms and agency of self-organizing networks in these specific contexts. The organizers acted as discussants and underlined the importance of these complex relationships across empires, stressing the differences and similarities that could be found within these specific areas.

By putting together specialists focused in different political, religious and cultural backgrounds, the panel of multiple sessions (4 in total) aimed to call for a debate on the (in)existence of differences among the modus operandi of Portuguese, Spanish, Dutch, British or French representatives, when acting as agents of cross-imperial economic networks. Ultimately, the differences and similarities of colonial projects were acknowledged as the central conductive rationale behind the self-organizing networks functioned with - or against institutions in the Early Modern period.

Programme

Session 1: *Mechanisms and Processes*

- Amélia Polónia (U. Porto) & Cátia Antunes (U. Leiden) - *Beyond Empires: Self Organizing Cross-Imperial Economic Networks vs Institutional Empires, 1500-800 – an introduction.*
- Daniel Strum - *Revisiting the Role of Kinship and Ethnicity in Early Modern Trade: the Portuguese Jews and New Christians in the sugar trade*
- Jessica Roitman (Rubicon Post-Doctoral Fellow, Birkbeck College, University of London) - *Creating Confusion in the Colonies: Negotiating Nationality across Imperial Boundaries*

Session 2: *The European Context*

- Ana Crespo Solana (Instituto de Historia, Centro de Ciência Humanas y Sociales Consejo Superior de Investigaciones Científicas) - *Networks between Transnational Systems: Theoretical Rapprochements in the case of the Hispanic Atlantic World XVII-XVIIIe)*
- Ana Sofia Ribeiro (U. Porto) - *The Evolution of Norms in trade and financial networks in the First Global Age. The case study of Simon Ruiz's network (second half of the 16th century)*
- Siobhan Talbott (University of Manchester) - *'Theris many English and severall Scots thatyou might deall with.' Self-organizing European entrepreneurial networks in the ong seventeenth century: the case study of Britain and France*
- Margrit Schulte Beerbuehl (University of Dusseldorf) - *Secret trading networks during the Napoleonic Wars*

Session 3: *The Atlantic Context*

- Filipa Ribeiro da Silva (University of Leiden) - *Trans-imperial and cross-cultural networks for the slave trade, 1580s-1800s*
- Silvia Marzagalli (University of Nice – Sophia-Antipolis) - *The French colonies in the late 8th century, or the necessity of cross-imperial and foreign trade*
- Bram Hoonhout (University of Leiden) - *Subprime Mortgages in the Caribbean: the Finacial Opportunities Illegal Trade Created, 1740-1815*

Session 4: *The Indian Ocean and Beyond*

- Leos Muller (University of Stockholm) - *Trading with Asia without a colonial empire. Swedish merchant networks and chartered company trade, 1750-1800*
- Chris Nierstrasz (University of Warwick) - *In the Shadow of the Companies, Empires of trade in the orient and informal entrepreneurship, 1600-1800*
- Guido van Meersbergen (University College London) – *“The Nature of the People and their Government”: The Role of Cultural Perceptions of Trustworthiness in Dutch and English East India Company Commercial and Diplomatic Strategies*
- More information still available at <http://www2.iisg.nl/esshc/programme.asp?selyear=12&find=Beyond+Empires> [30.06.2012]

Amélia Polónia, U. Porto /CITCEM
Cátia Antunes, U. Leiden

**6th. International Congress of IMEHA
(International Maritime Economic History Association)**

(Ghent, 1-6 July 2012)

Panel *Port-cities in the First Global Age. The Portuguese network (15th.-18th. centuries).*

Organisers:

Amelia Polonia (University of Porto)

Catia Antunes (Leiden University)

Scientific Rationale

The take-off for the Overseas European Expansion and the beginning of the process that lead to global dynamics took place with the Portuguese. Regardless of the exact chronology, the fifteenth century opened the door to a new world. Rather than bidirectional contacts, the connections established by the Portuguese were multidirectional, and involved a diversity of worlds. These contacts, fostered between Europeans, Africans, Americans and Asians grew exponentially in the sixteenth century and created global networks between a significant range of port-cities.

Maritime circuits were the means to guarantee those connections, and port cities were gateways in which European intermingled with those other worlds.

Defining a global network, this historical process was responsible also for a long lasting impact in those gateways. The four-session proposal wished to underline the importance of the changes and exchanges most world ports went through after the beginning of the European Expansion overseas, using the port-cities under Portuguese influence in Europe, Africa, America and Asia as a case in point.

The session intended to present a multi-focal approach, based on morphological and environmental aspects; economic dynamics; social composition and cultural and religious practices, enquiring port-cities both as platforms of global exchanges and privileged key-points to examine impacts deriving from a globalization process.

Session 1. *Harbour construction, morphological adaptation and environmental impact*

The Portuguese Expansion overseas was indeed a pioneering process that changed most of the Portuguese ports in the European continent for good. The use of new sailing techniques, the increasing tonnage of seagoing vessels, the growing number of ships in the different harbors and a growing shipbuilding industry forced most Portuguese ports into serious modifications of their layouts, dockyards, harbors and commercial facilities from the fifteenth into the nineteenth century. Heavily depending on the morphology and logistics of seaports, the overseas commercial enterprise imposed harbor technical interventions, morphological transformations and met environmental changes with significant implications for most ports, able to affect environmental sustainability.

On the other hand, the arrival of the Portuguese to new continents initiated an overall movement led by new strategies of the use of maritime spaces, which led to harbor construction and technical and environmental adaptations in order to accommodate the needs and requirements introduced by the newcomers. This session privileged contributions that stress the mechanisms of alteration and adaptation that ports had to endure between the fifteenth and the nineteenth centuries, due to the presence of the Portuguese, with a specific emphasis on the meeting of structural and environmental challenges.

Papers:

- Amélia Polónia, (University of Porto/CITCEM) - *Environmental impact of the historical uses of the sea. The case of port cities*
- Amândio Barros (CITCEM/ESE-IPP) - *The north-western Portuguese port's organization in the Early Modern Period*
- Ana Catarina Garcia (University of Azores/ CHAM) - *Angra, an Atlantic port city of the XVII century: space, structures and institutions in the context of the Maritime Empires*

Session 2. Economic Structures, Networks and Profits

Even if morphological and environmental change seems to have been a direct consequence of the Portuguese expansion, economic profit allied with political preeminence was possibly the most influencing mark left in Portuguese, African, American and Asian maritime hubs after the Portuguese arrival.

Economic structures, trade networks and trade strategies changed, in some spaces radically, to serve the purpose of capital accumulation and business profitability. Local ports became more than hierarchical outputs of local markets and most of them started to function as global gateways, both in Europe, Africa and America. Some Asian seaports changed their ranking in the Indian Ocean and worldwide hierarchies.

Based on the analysis of case studies, session 2 looked into the mechanisms and changes that ensued, both in Europe and other continents, as the basis of the transition of local ports into main global gateways, as a result of the Portuguese participation in the world economy.

Papers:

- Flávio Miranda, (University of Porto/ CITCEM) - *On the Medieval Origins of the Modern Economy. Portuguese Trade and Expansion in the Fifteenth Century*
- Leonor Freire Costa, (University of Lisbon, ISEG-UTL) - *Seaports, shipping productivity and trade regulations. The Portuguese case*
- Filipa Ribeiro da Silva (University of Leiden) - *The rise and fall of Portuguese Early Modern ports in Western Africa: networks, commercial strategies and rivalries*
- Ana Roque (IICT, Tropical Research Institute Lisboa) - *Mozambique Coastal Ports in the 16th Century: Trade Routes, Changes, Science and Knowledge in the Indian Ocean*

Session 3. Social Composition, Cultural and Religious Exchanges

The Portuguese heavily influenced, throughout the world, the social fabric of city-ports, forcing or being forced to accommodate cultural brokers, religious minorities and intermediaries in a permanent process of social change, acculturation, and integration of newcomers. Maritime hubs presented themselves in those times, as a melting pot of people, from different places, religions, social origins and races. City ports all over the world are, thus, advantaged observation points of the processes under scrutiny.

Session 3 focused on contributions that underlined the significance of social changes, inclusion/exclusion mechanisms and the broadening of the social basis of ports, both in Portugal and in Africa, America or Asia during the process of Portuguese overseas expansion.

Simultaneously, all the global gateways formed around the Portuguese expansion, either in Europe, Africa, America or Asia became brewing grounds for technological, philosophical, language and religious exchanges. Many of these exchanges brought the world closer together on technological and philosophical knowledge. Other changes forced millions into hybrid forms

of religiosity unknown to many and tolerated by few. For this reason, the specific knowledge of the different worlds in presence, and frequently in confrontation, expanded, and ports were, both, the privileged vehicle of this expansion and the privileged stage for those symbiotic processes.

Session 3 accommodated thus contributions on the process of cultural miscegenation; the dialog between religions; the assimilation process of cultural patterns. As a common focus, the analysis was centered in port cities in an attempt to bring to the fore the importance of these gateways as cultural environments.

Papers:

- Cátia Antunes (University of Leiden) - *Evolving Dynamics in the Portuguese Seaport system: The Influence of Cross-Cultural Relations, 1580-1776*
- Hugo Ribeiro da Silva (University of Coimbra/ New University of Lisboa) - *The Catholicism in the South Atlantic, 16th-18thcenturies: syncretism or transculturation?*
- Ana Sofia Ribeiro (University of Porto/ CIDEHUS/ CITCEM) - *Violence in Early Modern port cities – myths and realities. The case study of Porto in the second half of the 18th century*
- More information still available at <http://www.imeha2012.ugent.be/schedule>
[30.06.2012]

Amélia Polónia, U. Porto /CITCEM
Cátia Antunes, U. Leiden

Redes Portuárias Atlânticas (séculos XVI a XX). Balanço e prospectiva historiográfica

(Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 26-27 Abril 2012)

Coordenação : Amélia Polónia (U. Porto - FLUP/ CITCEM)
Amândio Barros (IPP/ESE; CITCEM)
Stéphane Michoneau (EHEHI – Casa de Velásquez)

Organização : Universidade do Porto – Faculdade de letras
CITCEM – U. Porto
Casa de Velásquez

Portos e cidades portuárias emergiram desde há muito como categorias destacadas na análise histórica. O estudo de sistemas portuários e das dinâmicas internas de portos europeus e as suas articulações com o *hinterland* e os seus circuitos de navegação e comércio internacional têm sido objecto de uma vasta literatura produzida no âmbito da história portuária. Os portos ibéricos e europeus conheceram um número considerável de estudos e recentes publicações de síntese.

Para além de dinâmicas locais e regionais, importa, porém, desenvolver perspectivas globais, capazes de posicionarem os portos em redes de articulação mais vastas. As relações estabelecidas entre portos europeus, nomeadamente ibéricos, e outros entrepostos portuários na África e na América são de fundamental compreensão para o entendimento de dinâmicas mais globais, que envolvem a economia, a população, a política e a cultura. Estudos comparativos, e investigações em rede, tornam-se fundamentais para dinamizar essas abordagens, imprescindíveis em estudos de história local, regional e global. O objectivo do encontro foi o de reunir um grupo de investigadores reconhecidos pelos seus estudos em torno destas matérias, debater os tópicos e os problemas emergentes de uma investigação com este enfoque, tentar estabelecer uma rede de investigação ou articular redes pré-existentes, em ordem a potenciar os resultados de trabalho individual ou de grupo em curso, em torno de portos Atlântico.

Programa

Abertura

- Maria de Fátima Marinho - Directora da FLUP
- Stéphane Michoneau – (EHEHI – Casa de Velásquez)

Comunicações

- Amélia Polónia (Universidade do Porto – Faculdade de letras/ CITCEM) - *Estudos portuários, balanço e prospectiva*
- Ana Crespo Solana (CSIC- Madrid) - *El sistema portuario del Atlántico español: aproximaciones metodológicas para el estudio de redes mercantiles y puertos*
- Sylviane Llinares (Université de Bretagne Sud) - *Réseaux et politiques portuaires en France : bilan, historiographie et nouvelles perspectives*
- Francis Brumont (Université de Toulouse 2) - *Le complexe portuaire du Pays Basque au XVIIIe siècle*
- Ana Maria Rivera Medina (Universidad Nacional de Educación a Distancia) - *El puerto de*

Bilbao en el concierto comercial de los siglos XIV-XVII. Un balance historiográfico y una propuesta de investigación.

- Inês Amorim (Universidade do Porto – Faculdade de Letras / CITCEM) - *Os sentidos do património na construção de uma identidade portuária. Identificação do Património Cultural do Porto de Aveiro*
- Fernanda Rollo (FCSH-UNL/ Instituto de História Contemporânea) - *Inovação e engenharia portuárias no século XX – uma aproximação historiográfica*
- Ana Prata (Instituto de História Contemporânea) - *Melhoramentos portuários em Portugal no início do século XX. Um balanço historiográfico*
- Thierry Sauzeau (Universidade de Poitiers) - *Un réseau portuaire face à la Révolution française : les ports du sel du Centre-ouest atlantique (XVIIe-XIXe siècles)*
- Miguel Suárez Bosa (Universidad de Las Palmas) - *Puertos y ciudades de las Islas Macaronésicas, nodo de la red marítima atlántica (Primera Globalización, siglo XIX)*
- Jose Damiao Rodrigues (Universidade dos Açores) - *Les îles au carrefour des races et des cultures: migrations et métissages du XVe au XXIe siècle*
- Begona Alonso (Universidad de Santander) - *Vistas y visiones de las ciudades portuarias atlánticas, siglos XVI-XIX*
- Juan Gelabert (Universidad de Santander) - *Ciudades de la fachada atlántica: actividad económica, comportamientos sociales y universos mentales (siglos XVI-XVIII)*
- Antonio Almeida Mendes (Université de Nantes) - *Les ports dans la construction des mondes atlantiques (XVIe. XVIIIe. Siècles)*
- Amândio Barros (ESE- Escola Superior de Educação do Porto/ CITCEM) – *Os portos do Noroeste português e as articulações com os complexos portuários da Coroa de Castela. Novas interpretações.*

Conclusões

Sessão plenária de apresentação e discussão dos principais resultados do Colóquio.

Amélia Polónia, U. Porto/ CITCEM

Norma e desvio na sociedade europeia medieval, moderna e contemporânea

(Porto, FLUP, 18 de Maio de 2012)

Workshop promovida no âmbito do Curso de Doutoramento em História, do DHEPI, com a colaboração do CITCEM

“[...] as normas e as sanções fazem parte integrante da vida social de onde emergem, muitas vezes à margem de qualquer legislador. Os actores sociais cuja relação tenha uma base estável obrigam-se mutuamente e sancionam-se em caso de transgressão. [...] A pena prevista e, sobretudo, a pena efectivamente aplicada é um facto social e não apenas jurídico dotado de uma objectividade indiscutível.”

CUSSON, Maurice – *Criminologia*. Lisboa: Casa das Letras, 2006, p. 16.

Não tomando a norma e a sua codificação como monopólio do estado, mas como construção que pode estar também vinculada aos “comuns”, à comunidade social; entendendo que há normas formais e informais, codificadas ou simplesmente assimiladas pela implícita aceitação do seu carácter vinculativo; assumindo que a existência de normas implica, por inevitável, a existência de desvios e a implementação de punições externas, legais, criminais, sociais; ou internas, sob a forma de auto-punição; sublinhando que a norma presume formas diversas de controlo social, a workshop propôs para debate o tema da “Norma e desvio na sociedade europeia medieval, moderna e contemporânea”. A intenção era a de abrir essa discussão ao campo da política, da religião, da sociedade, da cultura e da fiscalidade; propor uma relação dinâmica entre norma, desvio e sanção; conferir espaço para a análise de normas formais e informais, que radicam na acção do Estado, ou na auto-organização das comunidades, a par da compreensão da relação entre desvio e sanção (legal, social, familiar, ...).

A acção de instituições, grupos e indivíduos na criação e afirmação da norma como forma de controlo social, e o despoletar de processos de regulação e de sanção, avaliando-se os custos e benefícios de ambos os processos – o da consubstanciação da norma e o da punição do desvio à mesma, constaram do foco de análise desta workshop, que procurou reunir investigadores seniores e juniores, e dar visibilidade a investigações em torno de formas de controlo no domínio político, jurídico, económico-financeiro, cultural, religioso; a formas de poder e de contrapoder; a formas de regulação e de auto-regulação, e a formas de desvio à norma como via para a criação de uma normatividade alternativa.

Programa de trabalhos

- Amélia Polónia (U. Porto) – Nota introdutória
- Luís Miguel Duarte (U. Porto) – “Os homens a quem as mulheres fugiram”
- Patrícia Costa (U. Porto) – “Norma e prática nas finanças municipais do Porto (1706-1777)”
- Sarath Jakka (TEEME Phd Program) - “Norm and Deviation in Thomas More’s Utopia”
- Roberto López Vela (U. Cantabria) – “Sobre los orígenes del “fanatismo” español. Del antijudaísmo de la modernidad al nacimiento de la historiografía” (Presença cancelada)
- Tomás A. Mantecón (U. Cantabria) – “Disciplinamiento y control social from below en las sociedades hispánicas. Una perspectiva histórica”
- Ana Sofia Ribeiro – “A agressão física como transgressão à norma ou forma de integração

social no Portugal da segunda metade do século XVIII”

- Álvaro Cúria - “Herdeiros do Muro: análise comparada da reação pública de cinco partidos comunistas sul europeus aos acontecimentos históricos de 1989/1991.”

Amélia Polónia, U. Porto/ CITCEM

New research in maritime studies in Sweden and Portugal

(FLUP, 23 de Março de 2012)

No âmbito de um protocolo de colaboração entre os programas de doutoramento em História, de Universidade de Estocolmo e a Universidade do Porto (FLUP – DHEPI), realizou-se, a 23 de Março de 2012 a workshop *New research in maritime studies in Sweden and Portugal*. A workshop foi organizada por Leos Müller, Centre for Maritime studies, Stockholm University e Amélia Polónia, DHEPI, FLUP.

As sessões integraram as apresentações de :

- Sara Pinto - *Trade networks in the First Global Age - a geographical approach*.
- Ana Sofia Ribeiro - *Mechanisms of cooperation in the trade network of Simon Ruiz (1557-1597)*.
- Lisa Hellman - *The Social relations of the Swedish East India Company in Canton and Macao 1730-1830*.
- Hanna Jansson - *'Sail south until the butter melts.'* Swedish sailing blogs from the Trade wind route.
- Ana Garcia - *The seaport of Angra do Heroísmo (Azores): seaports infrastructures and sub-aquatic archeology*.
- Helena Regina Lopes Teixeira - *Urbanism in coastal areas - the Porto case in the Early Modern Age*.
- Harry Svensson - *The naval base of Karlskrona as an example on the Port Jews-paradigm*.
- Ale Pålsson - *S:t Barthélemy: Premodern multiculturalism and Napoleonic Trading Conflicts*.

Um segundo encontro está previsto para 2013, em Estocolmo, envolvendo estes e outros estudantes de doutoramento entretanto integrados nos planos de estudo dos respectivos cursos de doutoramento, autores de projectos com incidência em investigação em história marítima.

Amélia Polónia, U. Porto/ CITCEM

I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona International Round Table of Lusophone Environmental History

(Coimbra, 30 e 31 de março 2012)

Realizou-se em Coimbra, a 30 e 31 de Março de 2012, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), sob a tutela científica da sua investigadora Stefania Barca, o **Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona**. O encontro de Coimbra apresentou-se como uma dupla oportunidade: permitir criar ligações mais estáveis e profícuas entre os estudiosos portugueses e, ao mesmo tempo, contribuir para a internacionalização da história ambiental portuguesa, dando início a uma rede de história ambiental lusófona.

O encontro surgiu num quadro internacional e nacional que o legitima e justifica. Efetivamente, a história ambiental é uma área de investigação interdisciplinar que visa explorar a inter-relação dinâmica entre as sociedades e os seus ambientes. Parte do pressuposto de que as sociedades evoluem na relação com os ecossistemas aos quais pertencem, em diferentes escalas territoriais. Ela visa reintroduzir a natureza na narrativa histórica, investigando o papel dos recursos naturais, dos vírus, do clima e dos eventos catastróficos nas mudanças sociais de longo, médio e até breve período. Ao mesmo tempo, a história ambiental pretende esclarecer o papel dos seres humanos, nas suas diferentes formas de organização socio-política, em determinar as mudanças da natureza e dos ambientes terrestres. Enquanto ciência humana e social, com carácter interdisciplinar, a história ambiental visa interagir tanto com as ciências naturais (biologia, ciências florestais e agrárias, ciências do clima, etc.) quanto com as outras ciências sociais, no intento de contribuir para a superação da dicotomia cognitiva entre género humano e natureza.

A partir de estudos pioneiros publicados nos EUA e na Inglaterra entre os anos 70 e 80, nas últimas décadas esta abordagem tem interagido com tradições historiográficas nacionais em vários contextos. Existe hoje uma literatura histórico-ambiental internacional, que conta com contribuições desde a escala local à global, e existem sociedades internacionais de história ambiental como a European Society for Environmental History (ESEH), a American Society for Environmental History (ASEH), a Sociedad Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental (SOLCHA), ou a International Consortium of Environmental History Organizations (ICEHO). Além disso, existem duas revistas internacionais de área anglófona (*Environment and History* e *Environmental History*), e prémios literários atribuídos a monografias ou artigos. Embora Portugal tenha sido pouco envolvido, até este momento, nas atividades internacionais neste âmbito, existem agora condições para que o seu lançamento no contexto global da história ambiental resulte em sucesso: de facto, o próximo congresso mundial, organizado pela ICEHO, terá lugar na Universidade do Minho em Braga, que já organizou um workshop internacional em 2009. Um segundo workshop internacional, co-organizado pela mesma universidade, teve lugar em Brasil em novembro de 2011, e foi reforçando as ligações entre estudiosos de história ambiental de língua portuguesa.

Foi lançado um “call for papers” para a apresentação de trabalhos em redes internacionais de história ambiental, à qual responderam com entusiasmo estudiosos portugueses, brasileiros, africanos, de vários países europeus e dos EUA, entre os quais foram escolhidos os/as oradores/as presentes no programa.

O encontro foi organizado em sessões, sendo cada uma delas objeto de comentário por um moderador (vd. http://www.ces.uc.pt/eventos/?id=4739&id_lingua=1). A primeira sessão “Portugal: recursos da terra e do mar”, moderada por Jason W. Moore, teve como participantes:

Nicole F. Devy-Vareta, “Percurso na geo-história da floresta em Portugal, Inês Amorim, “A sustentabilidade dos recursos piscatórios portugueses na 2ª metade do século XIX: “the first five”; Cibele Dias da Silveira, “A pesca artesanal nos Açores/Portugal e na Ilha de Florianópolis/Brasil: o percurso das dinâmicas territoriais e sociais para uma gestão das zonas costeiras; Sofia Henriques, “Energia e recursos naturais na industrialização portuguesa”; Maria Cristina Joana de Melo, “A fácil questão sobre comuns e baldios: não lhes tocar”).

A segunda sessão, “África: descobrimento e destruição”, foi moderada por Yussuf Adams (participantes: Ana Cristina Roque, “Para uma outra leitura da história da expansão e dos descobrimentos portugueses: A costa sul oriental de África e o conhecimento da natureza no século XVI”; Cristina Brito, “Baleias”, golfinhos e outros peixes no Atlântico Sudeste: Fontes e dados para o estudo da biodiversidade histórica de cetáceos no Golfo da “Guiné”; Rozenn Diallo, “Conservation, international aid and state power. Case studies from Mozambique”; Phia Stein, “Exporting” environmental destruction: the environmental impact of South African Defence Force activities in Angola and Mozambique, 1975-1989”).

A terceira e quarta sessões, “Brasil: agricultura e florestas” e “Brasil: cidades e rios”, foram moderadas, respectivamente, por José Augusto Pádua e Stefania Barca (participantes: Marco Armiero, “For an environmental history of mass migration. A comparative perspective on Italian agriculture in Brasil and the US West”; Xenia Wilkinson, “Extracting Strategic Materials from the Amazon: Brazil’s “Rubber Soldiers” during World War II”; Ana Blaser, “O manejar Mebêngôkre: um panorama histórico dos usos e recursos territoriais da Terra Indígena Trinchira do Bacajá (PA)”; Jó Klanovicz, “O Brasil eternamente agrícola: uma leitura de História Ambiental”; Eunice Nodari, “Unidades de Conservação Permanente como solução para preservação? Floresta com Araucárias em Santa Catarina”; Samira Peruchi Moretto, “Plantar para manter”: a domesticação da goiabeira-serrana no Sul do Brasil”; e na quarta sessão: ; Janes Jorge, “O rio que a cidade perdeu. O Tietê e São Paulo, 1890-1940”, Gilmar Arruda, “Águas da discórdia: o rio Tibagi e o abastecimento de água potável na cidade de Londrina -1970-1991”, e Marcos Aurélio Espíndola, “Situação Pós-Desastre de 2008 no Complexo do Morro do Baú, Ilhota - Vale do Itajaí: A (Re)Produção Social do Risco” e Alexandra Martins Silva “Informação, Pesquisa e Assessoria: a importância do Observatório Sócio-Ambiental de Barragens no Brasil”).

O dia 31 de Março caracterizou-se por um formato ligeiramente diferente, por se incorporar nos Programas de Doutoramento do CES, sob o tema geral : *Democracia no Século 21 e Governança, Conhecimento e Inovação*. Como conferencistas convidados e respectivas apresentações estiveram Jason W. Moore (Umea University, SE), “Sugar and the Conquest of Nature in the Portuguese Atlantic, 1450-1750”, Yussuf Adam (Universidade Eduardo Mondlane, MZ), “As florestas de Cabo Delgado em perspectiva histórica”, José Augusto Pádua (UFRJ, BR), “Ambiente e política na Amazônia colonial e poscolonial”. O debate foi um dos elementos fundamentais neste primeiro encontro, envolvendo alunos de doutoramento, de áreas como a história, economia, sociologia, geografia e ambiente.

As apresentações serão publicadas até ao final do ano em edição electrónica pelo CES que vai lançar uma nova linha editorial para a publicação de Atas de encontros científicos em formato electrónico. A série será dotada de ISBN e disponível em acesso livre, o que permitirá divulgar os primeiros resultados científicos do Encontro de História Lusófona Ambiental que, espera-se, venha a ser o primeiro de muitos mais.

II Encontro RuralRePort- Rede de História Rural em Português Modalidades de acesso à terra: instituições e relações sociais

(Penela, 29-30 Junho 2012)

A 29 e 30 de Junho de 2012 realizou-se, em Penela, no Centro de Estudos de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut (<http://sirius.bookmarc.pt/cehlt/sirius.exe/>), o II Encontro RuralRePort, organizado por Margarida Sobral Neto (da Universidade de Coimbra, Faculdade Letras), Emídio Domingues e Salvador Manuel Arnaut (respectivamente da Câmara Municipal de Penela e do Centro de Estudos de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut).

Dever-se-á, contudo, remontar ao I Encontro, realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, a 6 e 7 de Maio 2011, altura em que um grupo de investigadores (Benedita Câmara, Dulce Freire, José Vicente Serrão e Rui Santos) organizou um primeiro momento de debate. Constituiu uma oportunidade para conhecer a investigação realizada em diferentes instituições portuguesas e brasileiras e, também, contribuiu para dinamizar o projecto RuralRePort - Rede de História Rural em Português, cujo sítio se poderá consultar em <http://histruralpt.wordpress.com/>. Mais do que promover a discussão dos resultados, este primeiro encontro procurou fomentar o interconhecimento de investigadores que se reconhecem na História Rural e que consideram oportuna a proposta de constituição de uma rede, difundida em finais de 2010.

O II Encontro seguiu um outro formato. A comissão científica (Benedita Câmara, Dulce Freire, José Vicente Serrão, Margarida Sobral Neto, Maria Helena Cruz Coelho e Rui Santos) e a comissão organizadora propuseram um tema central, **Modalidades de acesso à terra: instituições e relações sociais**, em torno do qual foram organizadas sessões plenárias agregadas de comunicações individuais. “Terra” como o conjunto dos recursos inscritos num espaço fundiário apropriado pelo homem, seja a sua capacidade produtiva agrícola, sejam os recursos hídricos, minerais, botânicos, zoológicos, florestais e cinagéticos. Sem esquecer obviamente o recurso mais elementar, o próprio espaço, enquanto suporte de edificação, perímetro de permanência ou eixo de deslocação, assim como os recursos paisagísticos e ambientais, em função dos quais se definem novos tipos de acesso e de restrições, assim como novos contornos do rural. Já “modalidades de acesso à terra” pressupõem todas as formas pelas quais as pessoas, individuais ou coletivas, obtêm o poder de usar, desfrutar ou transacionar esses recursos. Desde o poder de cultivar a terra, apascentar o gado, caçar ou tirar lenha até ao poder de permanecer nessa terra ou de a atravessar, ou até simplesmente ao poder de usufruir de um espaço de lazer ou de um dado estado da paisagem.

Dividido em quatro sessões plenárias, o encontro teve como ponto central de reflexão uma conferência proferida por Richard Hoyle (Professor da University of Reading, Great Britain, <http://www.reading.ac.uk/history/about/staff/r-w-hoyle.aspx>) intitulada *Owner-occupation in the twentieth-century: an idea and its consequences*.

O encontro esteve aberto a todos os que manifestaram interesse em fazer parte desta rede científica e, ainda, a estudantes, bolsiros e outros investigadores que estiveram presentes e animaram o debate (vide programa e resumos em <http://histruralpt.files.wordpress.com/2012/05/ruralreport2012-programaresumos1.pdf>).

O próximo III encontro foi agendado para 28 e 29 Junho de 2013 e será organizado pelo Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, assim como pelo Centro de Investigação Transdisciplinar

Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) que congrega investigadores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Universidade do Minho. Em breve se poderá obter mais informação consultando a página já indicada (<http://histruralpt.wordpress.com>).

Inês Amorim, U. Porto/ CITCEM

D. Dinis (1261-1325) – 750 anos do nascimento¹

O presente texto, resenha do reinado de D. Dinis, foi originalmente pensado e escrito para ser lido e emitido pela RDP/Antena 2, em programa radiofónico comemorativo dos 750 anos do nascimento deste monarca, tendo, por isso, uma perspectiva de oralidade que justifica a forma, obviamente diferente do usual dos trabalhos científicos, em especial no que respeita à ausência do tradicional aparato crítico. Fruto visível de investigação da própria autora, que há anos se debruça sobre diferentes personagens do universo dionisino, o trabalho reflecte aspectos e pontos de vista por esta já aflorados ou discutidos em provas e pesquisa desenvolvidas durante a frequência do Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento da FLUP. A dificuldade de sintetizar um tão longo período, em breves páginas, e o tom quase teatral de algumas citações, por vezes para tanto adaptadas a linguagem actual, de nenhum modo prejudicaram a dimensão científica, numa condensação que dificilmente permitiria melhor resumo de uma época extremamente frutuosa em acontecimentos. O resultado final constitui, portanto, um excelente exemplo do que deve ser o rigoroso trabalho de divulgação do conhecimento histórico.

(Luís Carlos Amaral, Universidade do Porto, Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras. Investigador do CITCEM).

Nove dias andados do mês de Outubro de 1261, como então se dizia, há setecentos e cinquenta anos, nascia em Lisboa um filho varão a D. Afonso III¹: era Dinis, o infante, que com apenas quatro anos de idade se dirigia já a Castela, incumbido da representação diplomática do reino, e aos dezassete se tornaria um dos mais marcantes reis da História da monarquia portuguesa, governando o longo período de quarenta e seis anos, implementando medidas ainda hoje e para sempre com indelével impacto. A ele e à rainha sua mulher, Isabel de Aragão, cuja glória de santidade é por todos conhecida, se deve a definição das fronteiras continentais de Portugal, rectângulo de rosto fitando o mundo, traçado de cinzel em proporção divina.

Quando Dinis nasceu não havia certeza no destino de governar. O pai casara, pela primeira vez, com Matilde, condessa de Bolonha. Por interesse político, abandonara a esposa legítima, mais velha, já sem capacidade de ser mãe, e, alheio à bigamia, contra a vontade da Santa Sé, unira-se a Beatriz de Gusmão, filha bastarda de Afonso X, o *Sábio*, rei de Castela. Assim, apesar da pureza de sanguinidade, o futuro monarca vinha ao mundo filho ilegítimo aos olhos da Igreja e aos da tradição nobiliárquica. Só a providencial morte de Matilde iria permitir, após um intrincado processo, ver reconhecidos, pela cúria pontifícia, o casamento de Afonso III com Beatriz e a licitude de Dinis, o qual com apenas dez anos veria a coroa ser-lhe prometida em testamento do poderoso pai. A 16 de Fevereiro de 1279, morto Afonso III, para a História o *Bolonhês*, em luto e festejo, com pompa e circunstância, anunciava-se o sexto rei de Portugal.

Estratega decidido e resolutivo, foram, acima de tudo, a coesão do território, por então acabado de alargar a terras do Algarve, ainda por conquistas do pai, e a centralização no governo da coroa do comando do reino, que o haveriam de para sempre nortear. Por leis, jogos diplomáticos e medidas de fundo, com pulso firme, enfrentou clero, nobreza e ordens religiosas e militares. Porém, quando tomou posse, as tarefas de pacificação não se encontravam facilitadas: fruto de uma longa conflitualidade, Portugal vivia ainda sob interdito da Santa Sé, assim permanecendo numa dificultosa longa década de início de reinado. As relações com eclesiásticos eram bem

¹ O teor do presente artigo serviu de base, originalmente, ao guião do programa, de música clássica antiga, de João Chambers, *Musica Aeterna*, transmitido, pela Antena 2, no dia 8 de Outubro de 2011 e retransmitido a 4 de Agosto de 2012, com vozes de João Pedro, Alexandra Corvela, Luís Caetano e Victor Correia Marques. Sendo impossível fazê-lo nesse contexto, não pode aqui deixar de se mencionar que, além de investigação da autora, foram também consultadas diversas obras, entre as quais se destacam as de Frei Francisco Brandão, de D. António Caetano de Sousa, de Frei Fernando Félix Lopes, de Armando Luís de Carvalho Homem, de José Mattoso, de José Augusto Sottomayor Pizarro, de Leontina Ventura e de Jaime Cortesão, bem como as que se encontram directamente referidas.

pouco pacíficas, com alguns bispos portugueses ainda exilados em Roma, nada ajudando a sucessão constante de Papas numa Igreja na época marcada por profundas dissensões internas. A população cristã, em tempos de temor a Deus, por necessidade de intercessão, sentia-se de não poder celebrar com normalidade as cerimónias religiosas, missas, baptizados, casamentos, funerais ou mesmo festas de homenagem aos santos de devoção local. Num país de igrejas-fantasma, o povo dava-se ao atrevimento de chacota aos bispos, caricaturando-os em festas a raiar o profano. O interdito durou até Junho de 1290, perturbações arrastadas durante vinte e dois anos, uma longa década durante o reinado de D. Dinis. Será Nicolau IV, Papa franciscano, ordem religiosa muito protegida pelo monarca com o patrocínio de vários mosteiros de Frades Menores, quem deu por finda a contenda. Atingia-se, por então, a Concordata, plataforma difícil sobre privilégios eclesiásticos, choques de delimitação entre os foros da Igreja e o judicial civil, desentendimentos na cobrança do dízimo em concelhos espalhados por todo país.

Aos problemas de relacionamento com o clero juntaram-se dificuldades ainda advindas de pretensões de Castela sobre o Algarve. Apesar da Convenção de Badajoz, celebrada com Afonso X, *o Sábio*, e da delimitação de fronteiras, continuaram a chegar do país vizinho ecos de vontade de poder sobre aquele território a Sul, enquanto, para agudizar a instabilidade, Dinis se via na contingência de se haver em armas com o irmão mais novo, o infante Afonso, a quem o pai de ambos havia doado vastos senhorios, fazendo-o detentor poderoso de regiões estratégicas e ameaçadoras, junto à fronteira. Por três vezes se haveriam de digladiar, até aquele se persuadir da necessidade de se render à condição de vassalo do coroado monarca.

No início, a instabilidade grassava por todo um reino onde eram constantes as guerrilhas entre linhagens ou, inclusive, senhores de uma mesma família. O país debatia-se com o flagelo da insegurança, pululado por cercadores de caminhos, ladrões e malfeitores. Os focos de tensão eram muitos, o perigo espreitava a cada esquina. Pulso de ferro, por vezes a raiar a inclemência, mandou prender uns e justicar outros, garantindo, também por essa via, a paz e a tranquilidade fundamentais à deslocação de comerciantes e peregrinos. Contudo, a principal preocupação do monarca esteve sempre em delimitar os bens da coroa, saber o que esta possuía e garantir, através de uma malha judicial, fiscal e administrativa, cada vez mais centralizadora e eficiente, a reversão de bens doados por anteriores soberanos ou ilegítimamente apossados. Conseguiu-lo-á através de arrojadas inquirições e afoitas medidas de revogação de contratos ou por negociação directa, com a aquisição de possessões, trazendo ao controlo central zonas estratégicas, domínios fundiários apropriados por nobres ou eclesiásticos. O rei compra, permuta ou, numa complexa trama judicial, ordena a demanda de quem se arrogava dono do que ele entendesse crucial para consolidação, não raro fazendo julgar por tribunais, constituídos por juizes cultos, ilustrados e de total confiança, pleitos infalivelmente resultantes em sentenças favoráveis à sua férrea vontade. Enriquecia, assim, o reino, sob o duplo ponto de vista económico e estratégico, enquanto uma malha crescente de funcionalismo arrecadava réditos e impunha o enérgico poder real sobre velhas pretensões. Foi neste quadro que, entre 1286 e 1309, D. Dinis promulgou uma série de leis de desamortização no intuito de travar a posse de bens imóveis pelo sector eclesiástico. Proibiu a compra e obrigou à venda, no espaço de um ano, das propriedades adquiridas desde 1279, impediu as ordens religiosas de herdarem propriedades dos professos e interditou os tabeliães de fazer escrituras de venda a religiosos.

Em paralelo, muralhas e castelos ergueram-se por todo o território, para assegurar a defesa contra ataques externos, de gentes vizinhas ou mouros mais afoitos.

Poderosa arma de controlo, também as leis de procedimento judicial mereceram a especial atenção do monarca, o qual garantiu, embora com resultado numa justiça muitas vezes só for-

mal, meios de contraditório dos interesses em conflito e protegeu a representação por advogados. Estipulou, contudo, por indefectível imposição, a pessoa do rei como último comando: ao contrário do que até então sucedia, quem fosse julgado deixava de ficar sob a arbitrariedade, mas também a mercê, daqueles de cuja malha hierárquica dependia e, por muito poderoso que fosse o seu senhor, a decisão final competia-lhe sempre que a ele se recorresse ou este assim entendesse. A última instância passava para a justiça régia com tudo o que tal implicava de fim de arbítrio mas, também, de definitiva imposição centralizadora. Estava dado, por forte capacidade de visão, um dos maiores golpes sobre os poderes instituídos, os quais, até então, não raro haviam crescido em atrevimento e arrogância. Nobreza e senhores perdiam força ao mesmo tempo que se desenvolvia, impunha e crescia a malha de funcionários especializados, corregedores, sobre-juizes, ouvidores, contadores e clérigos. Todos, ponto assente, de confiança régia.

Como chamariz de povoamento e de incentivo às trocas comerciais surgiram novos concessões, perto de oitenta, vinte e três logo nos primeiros anos de reinado, aos quais foram concedidas sucessivas cartas de foral. D. Dinis mandou criar feiras, meios de circulação de produtos e de boas cobranças fiscais, elementos indutores de novos aglomerados urbanísticos e de enraizamento da população. Vinho, cereais, leguminosas, fruta, linho, caça e criação de gado receberam políticas de incentivo, enquanto terrenos insalubres foram mandados cultivar, pântanos drenados e matas povoadas. Cedo compreendeu também o rei ter em mãos um especial país, dotado de costa marítima. Atentará o monarca nessa particular riqueza com medidas implementadoras da pesca, do comércio marítimo e da extracção de sal, então muito precioso para conservação de alimentos. A economia floresceu, a moeda portuguesa valorizou e estabilizou-se. Os rendimentos da coroa aumentavam a cada dia. Um poder centralizador instala-se para a História: D. Dinis impôs-se; os poderosos passaram a temer fazer frente a um rei pouco disposto a condescendências. Por visão rara, Portugal prosperou e tornou-se o mais estável país da Europa e um dos mais coesos de toda a Cristandade.

Nada ficava ao acaso ou por mãos alheias às do monarca. Desde cedo, apesar da grande dificuldade em circular pelos acidentados caminhos, muitos deles ainda ancestrais vias romanas, quase sempre utilizando rios como estrada de percurso, por barco ou a cavalo, o rei não parava, percorrendo constantemente todo o país. Acompanhava-o sempre um vasto séquito, fácil de imaginar em coloridas vestes medievais, cavaleiros, vassallos, serviçais, homens e mulheres destinados a tarefas várias, mores do reino, ilustres da corte, da nobreza e do clero, deslocavam-se por todo o território apenas por raras ocasiões permanecendo períodos alongados nos paços de Lisboa ou de Coimbra. Circulava por todo o lado, de Trás-os-Montes a Caminha, de Trancoso a Mortágua, de Lamego a Viseu, da Guarda à Covilhã ou a Castelo Branco. Não raro se demorava também por terras mais a sul, muitas vezes pelo Alentejo, aqui preocupado com a extracção de minérios, para armas ou para aumento da riqueza, atento aos antigos chapéus de ferro do Alvito ou ao que restava da extracção do ouro de Oriola, atribuindo novos forais ou recuperando para a coroa terras e coutadas, em contratos vários com senhores e conventos locais.

Por vezes, dedicava-se simplesmente a caçar os vários tipos de aves e de animais que povoavam em abundância o país, aves voadoras ou rasteiras, esvoaçantes rolas ou pesadas abetardas, esguias perdizes, anas, grou, patos, aves ricas ou animais selvagens, javalis, veados, raposas ou mesmo ursos ameaçadores como o animal feroz que um dia acometeu o rei, só por milagre, reza lenda, o não matando.

Foi a D. Dinis que se ficaram a dever para sempre as linhas continentais de fronteira. A 12 de Setembro de 1297, D. Dinis de Portugal e Fernando IV de Castela, na presença das rainhas – igualmente participantes do acordo, às quais se atribui um filigranático jogo diplomático

entre famílias –, também na dos infantes, de ricos homens e bispos de ambos os territórios, foi assinado, perto da fronteira leonesa, o Tratado de Alcanises onde se estabeleceram as bases da concórdia e as linhas delimitadoras dos dois reinos. Para dar maior certeza à paz, ofereceu-se na ocasião o que havia de mais precioso: a promessa de casamento entre os filhos dos monarcas. Afonso, o primogénito português, ficava prometido a Beatriz, com apenas quatro anos de idade, irmã do monarca castelhano, enquanto este, por sua vez, via confirmar o futuro matrimónio com Constança de Portugal, ainda com sete. Trocavam-se as meninas, tão crianças que alguém disse substituir-se uma filha por outra, assim tiradas que foram ao afecto das cortes de nascença para viver em berço alheio. Por acordo de vontades e selo de consanguinidade, num exemplo para a História que outros reinos procurariam imitar, sempre muito longe da capacidade negocial portuguesa, para exemplo de todos, nascia a fronteira mais antiga da Europa.

Estratega único, ainda hoje sempre citado quando se fala do orgulho de ser português, D. Dinis garantiu um lugar cimeiro na História. Luís de Camões, canta-o assim, n'Os Lusíadas, mais alto do que Alexandre Magno:

*«Eis depois vem Dinis que bem parece
Do bravo Afonso estirpe nobre e dina;
Com quem a fama Grande se escurece
Da liberalidade Alexandrina,
Com este o reino próspero florece,
(Alcançada já a paz áurea divina)
Em constituições leis e costumes,
Na terra já tranquila claros lumes».*

LUÍS DE CAMÕES – *Os Lusíadas* – Canto III, estrofe 96².

As ordens militares passaram a ser sucessivamente controladas num longo caminho que durou até ao final do reinado. D. Dinis tudo fez para influenciar a escolha e a eleição dos Mestres que as chefiavam e não se deu descanso enquanto não retirou a de Santiago da alçada de Castela. Mas foi, sobretudo, o marcante episódio da extinção da Ordem do Templo que o registou para a História: o comportamento do rei, sempre muito comentado, revelou-se inusitado por, ao contrário dos seus pares, não ter perseguido as pessoas dos monges, como por toda a Cristandade então se fazia, retirando-lhes, porém, todas as possessões de domínio fundiário.

Quando se iniciou, em França, pela mão de Filipe, *o Belo*, a perseguição aos templários – Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão –, que haveria de culminar com o fim da Ordem, pouco esperou o monarca português para, em antecipação à Santa Sé, abrir um processo judicial destinado a assegurar que os bens de natureza eclesiástica passassem para a posse do reino. Clemente V, o Papa de então, pretendia ver essa riqueza atribuída aos Hospitalários, enquanto Dinis recusava conceder-lhes um tal poder, desde logo por serem estes quem detinha o controlo de vários pontos na linha de fronteira. Assim, por sentença dada no Verão de 1307, por cinco juízes por ele escolhidos, entre os quais dois homens de grande confiança, Mestre João das Leis e o franciscano Frei Estêvão de Santarém, foi decretada a reversão para a coroa dos imóveis de doação régia. Neste marcante episódio, muita admiração tem causado o facto de, em Portugal, ao contrário da restante Cristandade, os templários não terem sido presos, nem tortu-

² Luís de Camões, in *Os Lusíadas* (7ª ed., Porto: Porto Editora), 135

rados. Almooraram-se, como explicou o soberano ao Sumo Pontífice, para se justificar de não ter obedecido à bula para detenção, por este emanada, bem intrigando ainda hoje onde aquelas despojadas gentes se acoitaram e quem terá sido que as soube tão bem esconder. Mais tarde, não tanto por vontade própria quanto por imposição da Santa Sé, Dinis acertou contas, atribuiu e devolveu a enorme riqueza à Ordem de Cristo, então criada, dizem uns por iniciativa sua, dizem outros por instâncias na cúria daquele que havia sido categorizado *confessor* e homem de mão, um dos cinco juízes do processo, Frei Estêvão de Santarém, bispo que foi do Porto, de Lisboa e de Cuenca. A História, muito por explorar, continua a fazer correr rios de tinta, interessando ainda investigadores de todo o mundo, os quais nas suas obras sempre relatam os peculiares episódios protagonizados pelo monarca. Mesmo em Castela e Aragão – onde, por lugar paralelo, também uma nova Ordem religiosa foi criada –, alguns pobres cavaleiros foram encarcerados e o património desviado para fins diversos. Apenas Portugal, de facto, devolveria a um outro organismo a totalidade dos bens do Templo sem nada excepcionar, mantendo incólumes os acoitados freires. Mesmo assim, Dante Alighieri, o poeta italiano da *Divina Comédia*, terá sabido do despojamento movido por D. Dinis aos místicos monges e, desgostando-se, canta-o no *Paraíso*, elogiando-o e, a um tempo, o censurando:

*«E o barba e o irmão as obras sujas
em desonra que egrégias nações cega
e que duas coroas fez sabujas
E o de Portugal e o de Noruega
Lá se conhecerão, e o de Rascia
Que o cunho de Veneza mal entrega».*

DANTE ALIGHIERI – *Divina Comédia, Paraíso* – Canto XIX³
Tradução de Vasco Graça Moura

A visão estratégica do rei poeta e trovador ficou ainda patente em três das mais relevantes decisões por ele tomadas, sem dúvida as de maior repercussão no futuro de Portugal e do mundo, ainda hoje de efeitos gigantescos: impôs a utilização do português como língua oficial da chancelaria, factor de coesão interna e de assimilação cultural, traço de proximidade entre gentes do norte e do sul, também meio de acesso à cultura até aí restringida aos poucos que acediam ao conhecimento do latim. A adopção de uma língua própria, diferente das usadas por outros povos, marca para sempre a nossa presença além-fronteiras. A par desta medida estruturante, o rei decidiu fomentar a aprendizagem das grandes ciências, mudou os Estudos Gerais de Lisboa para a cidade do Mondego e fundou, aquela que ainda hoje é uma referência internacional, a Universidade de Coimbra. Os incentivos régios à educação e cultura, através da concessão de privilégios e isenções a mestres e estudantes, multiplicam-se. Em paralelo, tomou a decisão que, com o surgimento da Ordem de Cristo e dos saberes em navegação nesta acumulados, tornou possível o avanço futuro para o mar e a saga dos descobrimentos: D. Dinis apostou na criação de uma força naval, de início comandada por Nuno Fernandes Cogominho, o primeiro almirante português, e, mandou, depois, vir a Portugal o genovês Manuel Pessanha, experimentado naquela arte. Foi, no entanto, o enigmático pinhal de Leiria, que a lenda canta por milagre

³ Dante Alighieri – in Vasco Graça Moura, *A Divina Comédia de Dante Alighieri* (Venda Nova: Bertrand Editora, 1995), 765. Versão original, *ibidem*, 764: «E parranno a ciascun l'opere sozze/ Del barba e del fratel, che tanto egrégial/ Nazione e due corone han fatte bozze./E quel di Portogallo e di Norvegiàlli si conosceranno, e quel di Rascial/che male há visto il conio di Vinegia».

brotado da mão santa de Isabel, a rainha, punhado de sementes por ela espalhadas ao vento, o que sublinhou, aos olhos de todos, uma visão estratégica de longo prazo⁴. Disso fala o cronista Pedro de Mariz nos *Diálogos de Varia História*, onde, por palavras elogiosas, retrata o estratega:

«Mandou plantar o grande pinhal de Leiria, sem o qual era impossível poder-se conservar a navegação da Índia, pelas grandes embarcações que para ela são necessárias, que se não podem fazer senão de muito grandes e antigas árvores, que neste Reino não havia. Pelo que, não parece sem mistério inspirar Deus no coração deste Rey, que tanto d'ante».

PEDRO DE MARIZ – *Diálogos de Varia História*⁵

Outras palavras de elogio recebê-las-ia ainda D. Dinis, séculos mais tarde, ditadas pela alma igualmente visionária de um outro português de excelência, Fernando Pessoa. O poeta dele escreve, em letras sobre um desígnio:

*«Na noite escreve um seu Cantar de Amigo
O plantador de naus a haver,
E ouve um silêncio múrmuro consigo:
É o rumor dos pinhais que, como um trigo
De Império, ondulam sem se poder ver.*

*Arroio, esse cantar, jovem e puro,
Busca o oceano por achar;
E a fala dos pinhais, marulho obscuro,
É o som presente desse mar futuro,
É a voz da terra ansiando pelo mar».*

FERNANDO PESSOA – *Mensagem*⁶

⁴ Não se conhecem documentos de onde resulte inequívoca qualquer acção de D. Dinis no que respeita ao tão falado pinhal de Leiria. A tradição obrigava à referência, sobretudo por quanto aqui se diz, isto é, pelo impacto na fama de visionário com que para a História ficou este monarca, essa, de todo, indelével. Igualmente se não desconhece a polémica sobre se a *cantiga*, adiante referida, em que D. Dinis alude a uma senhora como sendo “boa para ser rei”, foi ou não dedicada a Isabel de Aragão, uma vez que o nome desta não aparece nos versos. Inserindo o poema no contexto da mentalidade de então, custa a acreditar que este admitisse escrever que outra mulher, que não ela, tivesse qualidades para governar, desde logo por questão de linhagem, também por todas as actividades políticas desenvolvidas por esta rainha, sobretudo por ser esta quem o próprio indicou como regente, em caso de morte precoce. A tudo acresce o relacionamento entre ambos que, como o texto revela e um dia melhor se explicará, foi de ligação próxima. Também o cárcere de Alenquer ou o que tenham sido as dádivas de Isabel de Aragão em Santiago de Compostela carecem de absoluta confirmação, por, igualmente, não haver documentos que tanto atestem. A forma como se referem os dois primeiros assuntos deixa suficiente margem para a saudável inquietação de especialistas mais duvidosos, os quais, com o tempo, certamente, farão melhor investigação. Quanto ao mais, seguiram-se as versões correntes, não podendo, contudo, deixar de fazer aqui esta advertência, impossível de introduzir no original destinado a leitura radiofónica.

⁵ Pedro de Mariz – *Dialogos de Varia Historia*, (provável 2ª ed., sem referências), 104. Pode encontrar-se a mesma frase deste cronista em edições posteriores. Contudo, haverá que levar em consideração que o acrescento que lhe foi feito, transformando a expressão incompleta “que tanto d'ante” em “dante mão desse princípio a tamanha cousa” não pode atribuir-se ao cronista, tendo o enxerto sido introduzido para colmatar a falta das 16 páginas seguintes, provavelmente cortadas pela censura do Santo Ofício. Vd., por exemplo, *Dialogos de Varia Historia em que se referem as vidas dos senhores reis de Portugal* (Lisboa: Oficina de Manoel da Sylva, 1749), 164. Para a questão da censura ao texto original, leia-se Sampaio Bruno – *Plano de Um Livro a Fazer, Os Cavaleiros do Amor ou a Religião da Razão* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996), 217. Na reprodução feita no programa, optou-se por manter a versão correcta, retirada de edição onde, efectivamente, as oito seguintes folhas aparecem sem nada escrito, prestando, assim, silenciosa homenagem ao cronista, que, inusualmente, ou, dir-se-ia, teimosamente, as terá mantido e em branco.

⁶ Fernando Pessoa – *Mensagem* (ed. 13ª, Lisboa: Edições Ática, 1979), 31.

O reinado dionisino ficou também célebre por peculiaridades devidas ao acaso do matrimónio com outra das mais paradigmáticas figuras da História de Portugal: D. Dinis casaria aos 19 anos, já rei, com uma jovem infanta, crê-se então de apenas onze anos de idade, filha do não menos poderoso soberano aragonês D. Pedro III, de estirpe igualmente imaculada. Uniam-se os noivos ainda por laços diversos de parentesco próximo, descendentes ambos de Frederico I de Hohenstaufen, o *Barba Ruiva*, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, sangue também comum a Luís IX de França, o *Santo*, o qual, diz-se, era dotado de poderes taumaturgos tal como a tornada rainha, Isabel de Aragão, dois dos raros monarcas canonizados pela Santa Sé.

Isabel e Dinis, unidos primeiro por procuração – em 1281, em Barcelona, a 11 de Fevereiro, dia de aniversário da noiva –, haveriam de conhecer-se pessoalmente apenas mais de um ano depois, na então vila de Trancoso, terra formosa, onde os esperavam quatro meses de festa, música e banquetes de alegria. Já se renderia o rei aos encantos da jovem princesa, na altura com não mais de doze anos, a qual viria a ser alta do seu metro e setenta e cinco, loira arruivada, de porte majestático e beleza muito cantada, testemunhada ainda hoje pelo corpo incorrupto jacente em Coimbra e pela poderosa estátua do túmulo gótico decorado com figuras de santos, parentes da rainha, e clarissas, todos franciscanos como o seu culto de devoção. A união de ambos, *selada do selo de chumbo*, como então se atestavam documentos e promessas a cumprir vertidas em pública forma, daria como frutos Constança, futura rainha de Castela, mulher de Fernando IV, e Afonso, também IV mas de Portugal, cognominado pela História como o *Bravo*. A Isabel se ficariam a dever longas e porfiadas relações diplomáticas com o irmão Jaime II de Aragão, com quem manteve sempre forte proximidade, e com o genro, soberano de Castela, composições de interesses entre reinos em formação que levariam à pacificação de fronteiras e ao traçado geográfico do território continental português, praticamente como hoje o mantemos. A ambos, num jogo de cumplicidade, entre rei e rainha consorte, sem paralelo na nossa História, se deveu também a ajuda, diplomática e financeira, concedida aos reinos vizinhos, então desunidos e depauperados por guerras intestinas, contributo da corte portuguesa para a paz e para a expulsão de mouros ainda a sul dos territórios hispânicos. Dela – da sua rainha por ele tão presenteada, ao longo da vida, em vilas e castelos – constam de Dinis, rei poeta e trovador, em versos de própria lavra, para a História registados:

*Pois que Deus vos fez Senhora
Fazer do bem sempre o melhor
E dele ser tão sabedora
Em verdade vos direi:
Assim me valha o Senhor!
Érades boa para ser Rei!
E pois sabedes entender
Sempre o melhor e bem escolher
Verdade vos quero dizer
Senhora que sirvo e servirei
Pois Deus assim o quis fazer
Érades boa para ser Rei⁷.*

⁷ Adaptação apud D. Caetano Lopes de Moura – *Cancioneiro delrei D.Diniz, pela primeira vez impresso sobre o manuscrito da Vaticana* (Paris:em casa de J.P. Aillaud, 1847), 24-25.

Sombra negra haveria, contudo, de pairar sobre a alma do régio casal. Dinis, tal como a generalidade dos antepassados e dos pares das cortes hispânicas, partilhava os dias com outras senhoras, barregãs cortesões de quem haveria de ter seis filhos: Pedro Afonso, Afonso Sanches, Fernão Sanches, João Afonso e duas raparigas com o igual nome de Maria Afonso.

A Isabel não era estranha a atitude de concubinato então vulgar na alta nobreza. Sabem-se filhas bastardas algumas jovens com ela vindas de Aragão e acompanhá-la-iam também, na vida e nos diferentes negócios políticos, irmãos ilegítimos. Homem culto, jovem sensível, amigo de grandes e longos passeios, dado à nobre arte da caça, Dinis perder-se-ia de amores por Aldonça Rodrigues de Telha, Branca Lourenço de Valadares, Grácia Anes, Maria Rodrigues de Chacim, Marinha Gomes e, pensa-se, outras.

Contudo, no jogo de cumplicidade entre ambos, foi à mulher que incumbiu de educar a prole extraconjugal, como atestou em pública forma. Com eles Isabel manteve durante a vida uma relação de grande proximidade e afecto, particularmente com aquele que se tornaria numa das personagens mais marcantes da época, o terceiro Conde de Barcelos, a quem se devem, entre outras, duas das peças documentais mais ricas e preciosas para o relato da História da Península Ibérica – *O Livro de Linhagens e a Crónica Geral de Espanha de 1344* –, o muito ilustre e reconhecido D. Pedro Afonso, também por ela criado, um dos homens mais cultos de todo o medievo hispânico.

Por ironia, será o particular amor do rei a um dos bastardos – Afonso Sanches – que dividirá o casal nos últimos anos da vida de D. Dinis. Este a todos os filhos atribuirá cargos de importância na corte, ofertara terras e cobrira de benesses, sendo, no entanto, aquele o escolhido para o mais próximo e importante lugar da governação, o de Mordomo-mor. Por este se desentenderá com velhos amigos da nata da nobreza e do clero, muitos deles obrigados a abandonar o reino por dissensões com o soberano, com ele inimizados, minando, fora e dentro do território, as opiniões dos poderosos de então.

Não tardou Afonso – o filho legítimo, futuro Afonso IV, o *Bravo* – a temer-se deserdado do direito à sucessão: a guerra civil estalava em 1319 para durar quase até à morte do monarca, manchando de sangue a paz do reino então mais coeso da Cristandade: Portugal chorava a desdita de um pai e de um filho em batalhas e acusações mútuas de traição. A nobreza entrincheirava-se, o clero dividia-se. Isabel, suspeita de usar o proveito dos bens ao longo da vida presenteados e o enorme poder de influência para ampliar as hostes de Afonso, foi privada de possessões e rendimentos, tolhida de lugares e rendas, mandada para Alenquer e ali encerrada por ordem do amado rei e marido. O desgosto instalava-se. Do Paço das Rainhas, na terra do Espírito Santo, escrevia, crê-se em 1321, ao irmão Jaime palavras cuja vontade era a *de todos viverem como deviam ao serviço do rei*, assim desaconselhando alimentar-se guerra entre entes tão queridos. A esse propósito disse ela num linguajar característico da ascendência aragonesa:

*«E sabe Deus, que ey eu ende gran pesar no corazon; pelo del rey primeiramente, a quien eu desejo vida, e saude, e onrra, como a minha meesma; e polo do Iffanté; e polo meu, que vivo vida muyto amargosa»*⁸.

Foi ainda Isabel de Aragão quem conseguiu unir filho e pai e acabar com as sucessivas contendas entre ambos. De Odivelas, escreveu a D. Dinis para que se não permitisse ver derramado à sua vista o *sangue de geração real que se houve nas suas entranhas*. Na defesa do infante, compara-se a uma loba parideira quando, com a própria vida, defende as crias recém-nascidas e diz-se, tal como ela, disposta a dar o corpo aos besteiros antes de ver atingido o filho de ambos:

⁸ Sebastião Antunes Rodrigues, *Rainha Santa, cartas inéditas e outros documentos* (Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, 1958), 161.

Mui Amado e prezado Rei e Senhor de mui grande valor (...), faze de com que sosseguem as vossas armas porque, se o não fizerdes, pelo meu pé irei fazer ante vós e o infante, como a loba no parimento se se lhe acercam dos cachorros recém-nascidos.

Intercedendo pela paz, rogou:

Peço-o pela bendita Santa Maria e pelo bento São Dinis, tão vosso bem fazedor, a quem deixo, em rogo, que me respondeis meigo⁹.

O tom era de pessoas que se amam: Isabel assina *Vossa Amadeira* e obtém por resposta carta do soberano, escrita em Campo Grande, onde este verte o lamento de lhe não poder, como queria, corresponder na vontade, assegurando tréguas a um filho que diz opor-se ao pai, desta forma sem cumprir lei de Deus. As palavras eram delicadas, o jeito terno, muito longe do irascível rei que havia destilado ódios vários contra todos os que se lhe opunham. Dirigindo-se a Isabel como *Muy amada prezada Senhora*, e assinando *Muy boso acareador*, escreveu:

«Saibades que os bossos rogares përa miim soõ mandamentos»

mas,

«Muitos são os Padres que por quitarem os castigos aos fijos jazem nos infernos com ellos»¹⁰.

Lançados os dados de uma guerra onde as tréguas já não eram possíveis, vidas perdidas, reino dividido, nunca Isabel de Aragão se cansou de interceder prevenindo o pior aos que lhe eram mais próximos. A glória da persistência em que então teimou ficou celebrada no conhecido episódio de Alvalade, em 1323, quando, em inusitada atitude, montada numa mula – animal bíblico, sagrado, símbolo de poder e de humildade –, se atravessou no campo de batalha, dando o corpo aos besteiros como antes assumira. Os ódios desfaleceram perante o magnífico porte da rainha e a grandiosidade de uma tal coragem. De ambos os lados as hostes debandaram. Finalmente, Dinis, já cansado e, pensa-se, também doente, claudicou. Assina então com o infante acordos de cedências várias, garantindo-o sucessor. Afonso Sanches e outros nobres foram, por inclemente exigência, afastados dos cargos ou do reino.

Pouco tempo depois, em Santarém, a 7 Janeiro de 1325, falecia D. Dinis, o *plantador de naus a haver*, como dele justamente diz Fernando Pessoa. Os feitos com que marcou a História dos vários reinos hispânicos, a construção dos alicerces da abertura de Portugal a oceanos e longes terras, não deixarão nunca de ser cantados em bons poemas e igual prosa. Morria, aos 63 anos, o sexto rei de Portugal, segundo dos Algarves, o primeiro com esse indiscutível título. Repousa no Mosteiro de Odivelas, por ele mandado edificar, onde o próprio quis ser sepultado.

Isabel sobreviveu-lhe ainda onze anos, ao lado do filho. Sem professar nem abdicar dos bens, à semelhança da mãe, Constança de Hohenstaufen, quando enviuvou de Pedro III de Aragão, vestiu-se do hábito negro das clarissas, mudou-se para o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, por ela concebido, e, em Junho de 1325, feito o luto oficial de seis meses, rumou em peregrinação a Santiago de Compostela, para – nas mãos do afamado arcebispo Berenguel de Landoira, parceiro em diplomacias várias –, entre outras peças de sua devoção, entregar o símbolo dos

⁹ Adaptação *apud* D. António Caetano de Sousa, in *Agiolégio Lusitano*, vol. 4, edição facsimilada (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002), 57.

¹⁰ *Ibidem*, 58.

símbolos: uma das mais ricas coroas de rainha.

Em Junho de 1336, crê-se com 66 anos de idade, Isabel de Aragão partia também. A alma do casal voltava a unir-se na paz do Espírito Santo, por ambos venerado e tornado culto oficial do Reino de Portugal.

Virgínia da Silva Veiga*

* Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

I CONGRESSO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Realizou-se, na Universidade Nova de Lisboa, nos dias 18 e 19 de maio, o I Congresso Anual de História Contemporânea, que se dedicou à apresentação de estudos no domínio da História Contemporânea e reuniu intervenções proferidas por conferencistas convidados e a apresentação de comunicações submetidas através de call for papers. Marcando o arranque da Rede de História Contemporânea, a organização esteve a cargo do Instituto de História Contemporânea (IHC) e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), representados na comissão organizadora por Maria Fernanda Rollo (IHC), Maria Manuela Tavares Ribeiro (CEIS20), Ana Paula Pires (IHC) e João Paulo Avelãs Nunes (CEIS20).

O Congresso teve início no dia 18 de maio, com uma conferência inaugural proferida por Eduardo Lourenço, a que se seguiu a mesa redonda dedicada ao tema «Portugal Contemporâneo. História e Historiografia», com a participação de nomes bem conhecidos (Miriam Halpern Pereira, Fernando Rosas e Luís Reis Torgal, com moderação de Joaquim Romero Magalhães e comentário de Hipólito de la Torre Gómez).

A seguir à manhã reservada, unicamente, para estes dois eventos, o Congresso distribuiu-se por vinte sessões simultâneas: fazer História; sociedade e trabalho; economia: agentes e atividades; História das relações internacionais; ciência e História da medicina; ensino e investigação; História e território; liberalismo, república e republicanismo; guerra, diplomacia e relações internacionais; religião; regimes, poder e propaganda; resistência e oposição; revolução e democracia; violência política; cultura; arte e política cultural; colónias e colonialismo; descolonização e pós-colonialismo. De salientar, dois aspetos de relevo: por um lado, o número de sessões e de investigadores envolvidos denota a urgência na realização de um evento deste género, indicando a vitalidade das unidades de investigação envolvidas e a riqueza deste campo de investigação. Por outro lado, a submissão de centenas de resumos demonstra o interesse por parte da comunidade científica na realização deste Congresso.

A representar o CITCEM (membro da Rede de História Contemporânea), estiveram Carla Sequeira, Cláudia Ribeiro e Hugo Silveira Pereira.

Carla Sequeira, com uma comunicação integrada na sessão dedicada à «República e Republicanismo», reflectiu sobre o percurso político de Antão de Carvalho entre 1891-1910, procurando contribuir para a identificação dos mecanismos de afirmação do republicanismo em Trás-os-Montes e Alto Douro.

Cláudia Ribeiro, num artigo intitulado “Vinho, café, chá... e cinema!”, fez eco das preocupações de médicos e pedagogos dos princípios do século XX que, defendendo o Cinema como importante aparelho didáctico, se debruçaram sobre estas questões no sentido de contribuir para o aperto da fiscalização da produção cinematográfica.

Hugo Pereira dissertou sobre os «Factores estruturantes da rede ferroviária portuguesa (1845-1892)», apresentando alguns factores que presidiram à configuração da rede ferroviária nacional, com destaque para o papel das companhias privadas, a estratégia ferroviária de Espanha, a pressão de militares, engenheiros e autoridades locais, a geografia de Portugal e a sua situação financeira.

Podemos considerar que o Congresso foi um êxito, graças à conjugação de diversos fatores: a competência da organização, o conforto das instalações e, evidentemente, a qualidade e diversidade das apresentações que integraram este evento que, em breve, estarão disponíveis, em formato de e-book, no sítio do Congresso <http://congresso.histcontemp.pt/>.

Carla Sequeira e Cláudia Pinto Ribeiro, Investigadoras do CITCEM